

# O pressuposto da ética na preservação do meio ambiente. Breve história sobre origens e conceitos do Movimento Ambientalista

Pedro Celso Campos

A terra está de luto e todos os seus habitantes perecem.  
Os animais selvagens, as aves do céu e até mesmo  
os peixes do mar desaparecem  
(Oséias 4,3)

## **Antecedentes**

**A** pesar da proximidade histórica, ainda presente na mídia e na trajetória do movimento ambientalista internacional, o problema do relacionamento homem-natureza não pode ser datado a partir da fermentação político-cultural que culminou com a revolta dos estudantes em Paris em 1968 (ano em que a ONU realizou, também em Paris, a Conferência da Biosfera) e com o fim da guerra do Vietnã em 1975. Também não se pode fixar como marco inicial a primeira conferência da ONU para o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972. Certamente, se buscamos uma visão crítica do processo de desenvolvimento que conduziu o mundo à situação caótica de nossos tempos, devemos indagar sobre as *razões* de tamanho desatino, sobre as *causas* que originaram esse *status quo*. Com efeito, foi a Revolução Industrial, que marcou a transição entre a sociedade agrícola-artesanal do século XVIII para a sociedade urbano-industrial, que alterou profundamente as relações de produção, exatamente entre 1750 e 1830. Isto se tornou possível a partir da mais radical manifestação contra o feudalismo que foi a Revolução Francesa, de 1789/1794. Com os grandes descobrimentos e, em função deles, a formação do mercado mundial, teve início o maior processo

de globalização da história recente. A burguesia nascente apoiou inicialmente o desenvolvimento das artes, favorecendo a pesquisa e as invenções do século das Luzes (XVIII) quando o poder da Razão se instalou nas ciências (Racionalismo) e todo o conhecimento passou a ter uma finalidade prática, voltado para o admirável mundo novo que então surgia, com promessa de vida nova para todos os que aderissem e apoiassem as teses do capitalismo.

Mas, como num conto de fadas com sinal trocado, as oportunidades que surgiram com o novo sistema não eram para todos. Pelo contrário, o que era de todos ou estava à disposição de todos – como a água, a energia, as florestas, as praias, os recantos naturais, a terra, os rios e mares, afinal, a natureza – passou a ter dono. Agora a água gera energia e ambas são comercializadas. A terra ampla que poderia matar a fome de tantos, está improdutiva no latifúndio. As praias estão cercadas por condomínios de luxo ou por hotéis cinco estrelas. As florestas e o cerrado dão lugar à monocultura da soja ou à pecuária... a concentração da renda, a acumulação do capital vão gerando a injustiça que resulta na fome, na miséria, na violência, no desemprego, na infelicidade.

O estudo de antigos textos, entretanto, pode nos levar a recuar ainda mais no tempo e no espaço em busca da preocupação do homem com a natureza.<sup>1</sup> Já nos tempos bíblicos, por exemplo, a preocupação com o domínio da terra e com a arte de cuidar dos rebanhos é causa de guerras encarniçadas. Talvez por ler a Sagrada Escritura ao pé da letra, adaptando-a aos seus interesses imediatos, é que o homem passou a destruir aquilo que devia preservar. No Livro das Origens, o Gênesis, não está escrito em nenhum lugar que o homem deveria destruir a terra e apropriar-se dela com esperteza. Pelo contrário. Está escrito: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele *reine* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra” (Gen. 1,26). Logo em seguida, disse Deus ao homem:

Frutificai e multiplicai-vos, enchei a terra e *submetei-a*. *Dominai* sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra... eis que vos *do* toda a erva que dá semente sobre a terra, e todas as árvores frutíferas que contêm em si mesmas a sua semente, para que vos sirvam de *alimento* (Gen.1, 28-29).

Os termos imperativos “reinar”, “submeter” e “dominar” – aqui grifados – devem ser relacionados com as categorias “doar” e “alimento”. A criação é uma dádiva para o alimento do homem, isto é, para a sua felicidade. Como bem lembra Leonardo Boff,<sup>2</sup> em nenhum momento Deus “vendeu” a terra, nem passou escritura para uns em detrimento de outros. A criação é para todos os homens, para que, usando-a com bom senso, possam crescer e se multiplicar.

No entanto, a história do Antigo Testamento é uma história de guerras e de lutas pela conquista da terra. Já no cap. 6 do Gênesis, vendo a ganância e a maldade dos homens, Deus se arrepende: “Exterminarei da superfície da terra o homem que criei, e com ele os animais, os répteis e as aves dos céus, porque eu me arrependo de os haver criado” (Gen. 6-7). Noé, entretanto, encontrou graça aos olhos do Senhor.

Percebemos que a centralização da história humana nos interesses do próprio homem – escolha que lhe foi possível pelo livre-arbítrio – gerou uma distorção no mandamento inicial da preservação para a vida. O que era dádiva, o homem transformou em propriedade. Excluiu o que não servia aos seus propósitos imediatos, tanto outros homens, como os bens naturais. Feriu, matou, destruiu, transformou amor em ódio. A figura do dilúvio poderia ser vista como uma necessidade de reequilíbrio do sistema, uma tentativa de zerar tudo para começar outra vez. Apesar de todo o mal, há sempre um princípio de bondade suprema – ou cósmica, como preferem os agnósticos – oferecendo à vida terrestre uma nova chance. Isto já ocorreu outras vezes, como nas Eras Glaciais entre os períodos pré-cambriano e paleozóico em que grande parte da superfície da terra cobriu-se de espessa camada de gelo.<sup>3</sup> O homem, que surgiu no Pleistoceno, como ancestral do atual *homo sapiens*, sobreviveu, a duras penas, às glaciações do período, mesmo sem compreender esse fenômeno de reciclagem da terra. Ainda hoje, com tanta informação disponível, as pessoas descreem dos cientistas ambientais, como na época de Noé, ignorando os que manifestam preocupação com o futuro da humanidade diante de tanto descaso com a natureza.

Mas os períodos glaciais são uma realidade e eles não ocorrem por acaso, ainda que não estejam bem explicadas as várias teorias sobre a ocorrência do fenômeno. Para alguns estudiosos, as glaciações resultam de variações na irradiação de energia solar sobre a Terra. Outros a atribuem a deslocamentos do eixo terrestre. Para outros é a deriva dos continentes, movidos pelas placas tectônicas, que provoca as alterações climáticas. Uma quarta teoria dá conta que o pó vulcânico em suspensão na atmosfera reduz a quantidade de calor solar sobre a superfície do planeta.

Com muita razão podemos temer que o homem não tenha tanta sorte como em períodos glaciais anteriores, se considerarmos a somatória de fatores que parecem confluír, paulatinamente, mas em progressão continuada, para o novo ciclo de ajuste do ecossistema mundial. Não podemos esquecer que foi a quantidade de gás carbônico presente na atmosfera que levou à última glaciação. Hoje, o efeito estufa é preocupação universal e todos os governos se mobilizam para atender à Convenção do Clima assinada por dezenas de países representados na Rio Eco-92, sob os auspícios da ONU, depois consubstanciada no Protocolo de Kyoto. Mas só recentemente a Rússia aderiu ao Protocolo, enquanto nos EUA, 10 estados invocaram o Pacto Federativo pelo direito de aderir à luta a favor do clima, contrariando o governo Bush que reluta em reduzir os níveis de lançamento de CO<sup>2</sup> na atmosfera alegando que isto implicaria em prejuízos para a economia americana.

Com a circulação da notícia em tempo real, que é uma característica da sociedade da informação, tomamos conhecimento de todas as catástrofes ambientais no instante mesmo em que elas estão ocorrendo. Embora de modo insuficiente, a cobertura da mídia chega acompanhada de explicações das ciências sobre as origens dos fenômenos. Assim foi no caso da movimentação das placas que provocou o maremoto na Ásia matando mais de 300 mil pessoas em dezembro de 2004. A força do impacto levou a conjecturas sobre o deslocamento do eixo da Terra. Muitos vêem nos verões europeus cada vez mais quentes, nos invernos tropicais com dias de verão, em furacões como o Katrina que destruiu Nova Orleans e arrasou estados inteiros no sul dos EUA em agosto de 2005, ou nos efeitos do fenômeno El Niño, com tantos desastres e inundações, uma manifestação clara de que algo muito grave está acontecendo com o clima. Por isto, estudar o passado, compreender o equívoco humano de centrar sua razão de ser apenas na acumulação de bens, gerando exclusão e miséria, é fundamental se queremos educar e conscientizar as pessoas na direção de um novo comportamento ambiental, de um novo modo de vida, mais solidário, mais assentado no “ser”, no respeito às diferenças, na aceitação e na tolerância. A Terra não é uma propriedade particular de alguns.<sup>4</sup> Ela não existe em função do homem. Ela existia antes e tem meios de se auto regular para assegurar sua continuidade. É o homem que deve se adaptar à natureza e não o contrário.<sup>5</sup> Se não compreender isto, o homem será “dispensado” pelo sistema em sua monumental e indomável marcha configurada na expansão cósmica entrevista por Einstein.

Outra abordagem histórica que podemos analisar para compreender a questão ambiental pode tomar como base os interesses da geopolítica humana. Do mesmo modo que assistimos hoje ao desinteresse da maior potência nas questões ambientais – já que só a hegemonia militar lhe interessa – também vimos no período das grandes descobertas como a preocupação única era incorporar novas terras com suas jazidas, florestas e povos. A lei do canhão interpretou ao pé da letra o princípio da dominação e a própria cruz do Crucificado – símbolo de perdão, aceitação e paz – foi usada a serviço do poder temporal para reduzir e desbaratar culturas autóctones em sua riqueza de variedade e diversidade.

A violência da dominação colonialista<sup>6</sup> desconfigurou o equilíbrio sistêmico entre o índio e a natureza e entre as tribos. A chegada do branco não destruiu apenas a natureza, também destruiu o elemento humano que estava enraizado nela. A política de “gastar gente”, como na expressão de Darcy Ribeiro para se referir à utilização de mão-de-obra escrava, não gerou o mundo novo e justo imaginado pelo Iluminismo. Gerou o genocídio racial imposto a toda a América Latina que ainda hoje geme sob os efeitos da voracidade colonizadora com seus índios morrendo à míngua em reduzidas áreas (inclusive no Brasil); com seus elevados níveis de mortalidade infantil; com a humilhação da mulher que se prostitui para alimentar os filhos;

com o desesperante desemprego ou sub-salário; com a violência patrocinada pelo tráfico de drogas; com a injustiça social que reúne em um só ecossistema urbano o luxo, a miséria e o lixo, com as correntes migratórias incessantemente procurando, esperançosas, o prometido eldorado; principalmente com a corrupção crônica que corrói as entranhas do poder e os políticos, para vergonha do país.

Todavia, se do Velho Continente saiu a Parca em seu passeio global, nos séculos XV e XVI, para semear a morte entre outros povos e outras terras – ainda que tudo isto tenha sido decantado em verso e prosa de magistral valor artístico<sup>7</sup>, mesmo quando a arrogante nobreza (como é próprio das elites arrogantes, em qualquer lugar) votou ao seu Poeta Maior o mesmo desprezo com que tratou as culturas de além mar<sup>8</sup> – também da Europa vieram os primeiros exemplos de preocupação com a natureza. Antigos documentos relatam fatos e histórias de vida que se impõem com expressiva e gritante atualidade, 500 ou 800 anos depois.

Há um caso emblemático na Idade Média<sup>9</sup>: em muitas ocasiões, quando quer significar o grito dos excluídos contra a exploração e a miséria, o teólogo Leonardo Boff cita o exemplo de um jovem da Idade Média que ousou romper os paradigmas do seu tempo, contestando o feudalismo e projetando-se no futuro a partir de um ideal de vida simples e coerente que logo contagiou a juventude e conquistou grande número de seguidores. Ele fala de Francisco de Assis (1182-1226), o fundador da Ordem Franciscana, que não quis ser sacerdote, preferiu ser apenas diácono para ter possibilidade e liberdade para pregar, uma vez que a pregação era proibida aos leigos, como lembra a Crônica de Frei Jordão de Jano<sup>10</sup>.

Filho do comerciante Pietro di Bernardoni, da cidade italiana de Assis, até os 20 anos Francisco era um jovem como todos os do seu tempo. Estudava aplicadamente, trajava-se com ricas vestes, freqüentava festas, saía com os amigos (como nas “baladas” de hoje), participava das guerras regionais, ia às missas e ouvia os sermões. Mas, em 1206, após uma doença que lhe provocou febre intensa e inexplicável, durante alguns dias, sentiu-se tocado para uma nova vida. Devolveu ao pai – diante do bispo de Assis – até mesmo a roupa do corpo, anunciando que iria viver com os pobres e os leprosos, porque sentia que só assim estaria imitando verdadeiramente a vida de Cristo. O episódio causou estranheza e escândalo. Mas, vivendo como eremita fora dos muros da cidade, já em 1208, Francisco contava com um grupo de amigos igualmente dispostos a viver na pobreza. Em 1210 a regra franciscana foi aprovada pelo Papa Inocêncio III e os frades iniciaram a empresa missionária na Itália, valorizando o exemplo de vida e a penitência como argumentos de transformação. Em 1212, junto com Santa Clara, Francisco fundou a Ordem das Clarissas. Em 1221 fundou a Ordem Terceira Franciscana que até hoje congrega leigos casados em uma fraternidade universal. Seu profundo amor à natureza – que via como manifestação de Deus aos homens – levou-o à criação do texto que é considerado uma das primeiras manifestações literárias em língua italiana, o *Cântico ao Irmão Sol*. Canonizado em

1228, é considerado o Patrono da Itália, juntamente com Santa Catarina de Siena. Foi o criador do Presépio de Natal. É celebrado a 04 de outubro.

Francisco de Assis obedecia as normas da Igreja, mas encontrou formas diferentes de pregar o Evangelho, consagrando o princípio latino, segundo o qual *verba movent, exempla trahunt* (as palavras comovem, os exemplos arrastam).

Para compreender melhor o grito ecológico que é o *Cântico ao Irmão Sol*, é aconselhável traçar o contexto em que Francisco o escreveu. Entre os sécs. XI e XIII – entre as tantas manifestações místicas do período medieval – proliferou na Europa uma seita herege conhecida como seita dos *cátaros* que professavam uma forma maniqueísta de cristianismo. Acreditavam que as belezas da natureza eram uma manifestação diabólica para desviar os homens do caminho do Bem. Entendiam que os moribundos deviam ter seu sofrimento abreviado, por isto os sufocavam com almofadas, motivo pelo qual seus seguidores também eram identificados como “abafadores”.

Francisco opõe a essa visão pessimista, um hino de louvor às criaturas:

Quero cantar louvores ao Senhor por suas criaturas / louvado sejas, meu Senhor, por todas as tuas criaturas / que no céu formaste / por nossa irmã e mãe Terra... pela irmã água, a qual é muito útil e preciosa e casta / louvai e bendizei a meu Senhor e rendei-lhe graças / por nossa irmã e mãe Terra, que nos alimenta e governa e produz variados frutos e coloridas flores e ervas / louvado sejas, meu Senhor, pelo Irmão Sol / pela irmã Lua e as estrelas / louvado sejas, meu Senhor, por todas as tuas criaturas / louvado sejas, meu Senhor, por todos aqueles que perdoam pelo teu amor (Strabeli, 1993: 19).

O cântico expressa mais uma experiência íntima, espiritual, do que uma cosmologia. É a experiência da fraternidade entre os homens e os elementos cósmicos. É a experiência da reconciliação do homem consigo mesmo e sua abertura ao *ser* que é pleno. O hino canta a comunhão com a natureza, portanto é um hino de louvor. São Francisco não fica nas coisas da natureza, mas, por elas, alcança o Criador (Strabeli, 1993: 115)<sup>11</sup>.

O sentido é que para ultrapassar as preocupações terrenas, os interesses imediatos e atingir a Deus, o homem deve viver o perdão e a paz. No entanto, se deixar que suas “instâncias econômicas” – como classifica Marx – ditem os rumos de sua vida, o homem caminhará em direção oposta, para a guerra, a competitividade, a exclusão, o individualismo, o desenvolvimento a qualquer preço, a destruição da própria nave cósmica que o acolheu dadivosa há apenas 50 mil anos (*homo sapiens*), o que é bem pouco tempo para tanta destruição, se considerarmos que a vida surgiu no planeta há 2 ou 3 bilhões de anos e a própria Terra teria se formado há 5 ou 6 bilhões de anos, com o sistema solar, como revela a ciência<sup>12</sup>.

Embora a manifestação franciscana seja a mais lembrada, há outros exemplos, na Igreja, em que santos e ascetas contemplaram a face do Criador na criatura: “Os animais e os seres do reino mineral Vos louvam pela boca daqueles que o consideram” (aqui no sentido latino de refletir, meditar, ponderar) afirma Santo Agostinho (354-430). Filho de Santa Mônica, quando jovem de 19 anos e irrequieto como Francisco, deixa Cartago, ao norte da África, e vai para Roma estudar Direito e ensinar Retórica, no séc. IV, travando enorme batalha entre permanecer com os amigos maniqueístas<sup>13</sup> ou consagrar-se totalmente a Deus, como fará depois dos 30 anos, com a ajuda do sábio bispo de Milão, Santo Ambrósio.

Em sua dúvida existencial, no âmago do processo de conversão, Agostinho sentir-se-á impactado pela expressividade da natureza. Seu louvor às criaturas, como em Francisco, é a manifestação de seu louvor a Deus, inspirado no salmo 143:

Os dragões da terra e todos os abismos, o fogo, o granizo, a neve, a geada, o vento das tempestades que executam as Vossas ordens; os montes e todas as colinas; as árvores frutíferas e todos os cedros; os répteis e as aves que voam; os reis da terra e todos os povos; os príncipes e todos os juízes da terra; os jovens e as donzelas, os velhos e os mais novos louvam o Vosso nome (Santo Agostinho, 1988: 156).

Para continuar, com bom êxito, esta reflexão, devemos nos lembrar que a filosofia medieval ostenta duas ramificações fundamentais: a *patrística* e a *escolástica*. A primeira inicia-se no período decadente do Império Romano, no séc. III. Os Padres da Igreja (Clemente de Alexandria, Orígenes, Tertuliano – principalmente Santo Agostinho, figura principal da patrística, bispo de Hipona) tinham a preocupação principal de relacionar fé e ciência, a natureza de Deus e da alma, a vida moral. A escolástica é a especulação filosófico-teológica que se desenvolve do século IX até o Renascimento. Tem este nome porque surgiu nas escolas monacais fundadas por Carlos Magno no século VIII, origem das universidades (de Paris, Bolonha, Oxford, etc.) que, a partir do século XI, passam a fecundar toda a Europa com a reflexão filosófica, surgindo, então, no século XII, as traduções dos clássicos como Arquimedes, Hero de Alexandria, Euclides, Aristóteles e Ptolomeu. Santo Tomás (1225-1274), na *Suma Teológica*, recupera o texto original de Aristóteles que antes passava por traduções árabes onde adquiria contornos panteístas. Com Aristóteles cristianizado, surge a filosofia aristotélico-tomista,<sup>14</sup> que valoriza o conhecimento teórico em detrimento das atividades práticas. É um contexto em que o modo de produção feudal conduz ao desprezo pelo trabalho manual na gleba e à valorização do nobre guerreiro que tem direito ao ócio com dignidade.

Do século XIV em diante a escolástica vai cedendo lugar a posturas dogmáticas, contrárias à reflexão, que desembocam no período crítico do Santo Ofício, do *index*

*librorum prohibitorum* (“lista dos livros proibidos”), do *Nihil obstat* (“nada impede”). É a fase do *magister dixit* (“o mestre disse”) e ponto final. São deste período os processos condenatórios – que levariam o papa João Paulo II a pedir perdão à humanidade 500 anos depois – como a condenação de Galileu (1564-1642) que se viu obrigado a abjurar o heliocentrismo para não ter o mesmo destino trágico de Giordano Bruno, queimado vivo no século XVI por ter defendido a infinitude do universo e tê-lo concebido não como um sistema rígido de seres articulados em uma ordem dada desde a eternidade (imutabilidade), mas como um sistema em permanente transformação<sup>15</sup>.

Esta leitura que fazemos, através dos tempos, para identificar o contraponto filosófico entre homem/Deus, natureza/Deus, ciência/fé não tem como escapar da abordagem religiosa, como se vê, porque é no âmbito da filosofia religiosa que germinam os fundamentos da própria ciência, vista como saber matemático por Descartes, como conhecimento intuitivo por Espinosa (“da idéia adequada da essência de alguns atributos de Deus, procede-se ao conhecimento adequado da ciência das coisas”)<sup>16</sup>, como “sistema” por Kant (a unidade sistemática) e por Fichte (a unidade no todo). Talvez possamos concordar, a partir deste olhar, que os movimentos atuais de protesto contra as agressões à natureza foram precedidos de outros “gritos” que surgiram, também no Renascimento, quando a visão antropocêntrica do mundo foi reafirmada através do questionamento do poder da Igreja, reiterando-se a idéia de que o homem podia controlar tudo com as próprias mãos.

Se o brado de Agostinho era uma conscientização contra os riscos do maniqueísmo, se a crítica de Francisco, apesar de eficiente, evitava o confronto direto com a ordem eclesial e com a “Santa Igreja Romana” (expressão literal com que Francisco se referia ao que hoje conhecemos como Vaticano)<sup>17</sup>, outros foram bem mais diretos e veementes, já no contexto da reforma protestante<sup>18</sup> que levaria a Igreja a rever posições. Paradoxalmente foi um dos maiores nomes do humanismo renascentista, Erasmo de Roterdam (pseudônimo de Desiderius Erasmus:1469-1536), que elaborou uma das grandes peças de acusação contra a arrogância humanista de querer saber tudo e tudo poder.

Padre Erasmo foi um ácido crítico do poder eclesiástico e compartilhava as idéias humanistas do final do séc. XV. Não se priva, contudo, de ridicularizar a aura divina de que os sábios, filósofos e sacerdotes se revestiam através dos tempos. Em 1509, Erasmo vai à Inglaterra e, convalescente de crises renais constantes, hospeda-se na casa de Tomas Morus, outro nome cardeal do humanismo renascentista e que publicaria, em 1516, um dos documentos referenciais da luta histórica pela liberdade: *A Utopia*. Na casa de Tomas Morus, Erasmo redige o *Elogio da Loucura*, no qual ironiza de forma demolidora para a época a aura divina auto-atribuída pelos sábios e filósofos. Com séculos de



antecedência, ele fulmina a ordem industrial-tecnológica: “Digamos, pois, francamente, que a ciência e a indústria se introduziram no mundo com todas as outras pestes da vida humana, tendo sido inventadas pelos mesmos espíritos que deram origem a todos os males, isto é, pelos demônios, que, por sinal, tiraram da ciência o seu nome”. E mais: “(...) afirmo que os que se aplicam ao estudo das ciências estão muito longe da felicidade e são duplamente loucos, porque, esquecendo-se de sua condição natural e querendo viver como outros tantos deuses, fazem à natureza, com suas máquinas de arte, uma guerra de gigantes (Martins, 1991: 46-47).<sup>19</sup>

Essa desconfiança de Erasmo em relação à ciência e ao racionalismo em geral, ajuda-nos na compreensão de que nem só o homem é senhor de direitos na natureza. A própria natureza tem direitos por si mesma, são os chamados “direitos intrínsecos”, algo que em nossos dias alguns classificam como “loucura”<sup>20</sup>, sem elogio, mas outros, tão sábios quanto sensíveis às questões da nova era, chamam de “ecologia profunda”. São pessoas que se debruçam sobre o entendimento da unidade sistêmica, da unidade no todo, da interdependência orgânica do sistema único formado pelo binômio homem/natureza. A unidade estaria consubstanciada já na concepção da própria Santíssima Trindade, o que nos permitiria contemplar, filosoficamente, a “face feminina” de Deus, neste mundo historicamente machista, como estudamos em Boff (1987: 283):

A humanidade, como masculino e feminino, foi criada à imagem e semelhança do Deus tri-uno. O masculino e o feminino encontram sua última razão de ser no mistério da comunhão trinitária. Embora a Trindade seja transexual, podemos falar em forma masculina e feminina das divinas pessoas. Assim podemos dizer Deus-Pai maternal e Deus-mãe paternal.

A união profunda que leva todas as coisas à correlação mútua, integrando inumeráveis sistemas abertos em permanente interatividade, no cosmo e na terra, por todo o universo, pré-existe, portanto, já no conceito de Criador e criatura. Agora podemos examinar as relações das criaturas entre si.

### ***Ecologia profunda***

A crítica ao antropocentrismo está presente em outros textos do século XVI, quando já se advogava o direito intrínseco dos animais e até mesmo de seres considerados inanimados como as rochas, ilhas, florestas, etc., que já prefigurava a base da chamada “ecologia profunda” ou “ecologia radical”. Segundo tal conceito, como entendido hoje, tratava-se de demonstrar que se o homem continuar levando em

conta apenas os seus interesses, isto é, se a sua relação com a natureza considerar as criaturas tão somente em função do bem-estar do próprio homem, logo os recursos irão se exaurir e o desequilíbrio do sistema ameaçará a vida. Além do manifesto franciscano nos primeiros séculos do segundo milênio, outros documentos anteriores à Revolução Industrial intuía a necessidade de um respeito profundo aos bens naturais, de modo que fossem usados com bom senso, parcimônia e critério, apenas para manutenção da vida e não para causar morte e destruição. Desta forma, a natureza tem direito à própria vida e à intocabilidade a partir dela mesma, por sua anterioridade histórica ao homem sobre a face da Terra, por sua função vital de manter o equilíbrio do sistema, por sua destinação de assegurar a continuidade da vida ao fornecer os insumos e recursos consubstanciais à própria vida. Logo, seria apenas um ato de inteligência humana respeitá-la. Mas não foi o que ocorreu desde o *Cântico ao Irmão Sol*. Hoje, seria algo estranho render louvores à água fétida e negra do Rio Tietê – pelo menos no trecho da capital – enaltecendo-a como “irmã casta e pura”, embora ela continue sendo, mesmo poluída, “preciosa e útil”. Mas se houve um crime contra a natureza, não se pode culpar a água, que antes da explosão imobiliária e da chegada dos esgotos industriais era usada até mesmo para campeonatos de remo ou passeios turísticos. Do mesmo modo, quando uma chuva mais forte inunda as avenidas marginais e as baixadas, não temos o direito de nos aborrecermos com o Tietê, pois o rio não transborda, ele apenas volta para o seu leito natural formado pelas antigas várzeas, agora transformadas em cidade de pedra a partir de uma ótica que privilegia o lucro. Pode-se dizer o mesmo a respeito do direito dos cavalos e bois de não serem constrangidos fisicamente para proporcionarem lazer ao homem nos rodeios e na vaquejada; ou o direito que têm os galos de briga a não se auto destruírem nas rinhadas para as apostas humanas; ou o direito do ganso a não ser alimentado à força para que seu fígado fique mais fluído e proporcione um *foie-gras* mais saboroso. E o caranguejo, siri, lagosta, que são cozidos vivos?

Afigura-se-nos “escandaloso” pensar deste modo nestes tempos pós-modernos. Quando as associações protetoras dos animais conseguem uma liminar para impedir um rodeio, surgem acirradas polêmicas na imprensa do interior do Brasil. Certamente era mais “normal” tratar dos direitos intrínsecos da natureza, como símbolo de respeito à vida, num período da história humana em que os bosques tinham alma, a natureza era um mistério, o desconhecido estava encoberto pelos véus do respeito místico e a imaginação das crianças era embalada pelos contos de fadas, duendes, a floresta de Robin Hood em Nottingham... a sagrada luta em defesa dos excluídos, dos pobres, do bem... Tudo isto foi rasgado e racionalizado depois que o anjo conversou com Descartes “ontem à noite”<sup>21</sup> como sempre lembra o professor Barco em suas aulas na ECA-USP e nas palestras sobre educação matemática por todo o país.

De qualquer forma, embora ainda pareça uma pregação vazia, como foi, antes, a luta que aboliu a escravidão no Brasil, a ecologia profunda vai conquistando mentes

e corações. Um de seus eminentes defensores é o professor Luc Ferry, doutor em filosofia e ciências políticas da Universidade de Caen-França. Ele publicou, em 1994, um brado de alerta a favor de um outro olhar sobre a questão ambiental, em seu livro *A nova ordem ecológica – A árvore, o animal, o homem*<sup>22</sup>. Em sua pesquisa, ele resgatou antigos processos em que a natureza era defendida por advogados especialmente nomeados pelo Estado (na época o juiz episcopal).

Cita, por exemplo, um processo de 1545, em que o juiz episcopal de Saint-Jean-de-Maurienne, na Savole, recusou-se a excomungar uma colônia de carunchos que havia invadido os vinhedos do lugar, argumentando perante o advogado dos proprietários que os animais, criados por Deus, possuíam o mesmo direito que os homens de se alimentarem de vegetais, limitando-se, por um édito de 8 de maio de 1546, a prescrever numerosas preces públicas e três dias consecutivos de procissões em torno dos vinhedos invadidos para que os insetos deixassem o lugar. Em outros processos parecidos, foram providenciadas novas áreas para acomodação de colônias de cupins, não sem antes o juiz episcopal vistoriar a nova área para verificar se era adequada aos novos “inquilinos”. O autor cita ampla bibliografia a respeito de costumes medievais em que árvores e outros recursos naturais eram absolvidos ou processados a partir de processos legalmente instaurados.

A literatura específica também registra exemplos mais recentes em que o meio ambiente foi considerado sujeito de direito, como ocorreu em 1970, na Califórnia, quando o serviço de águas e florestas concedeu às empresas Walt Disney uma licença para promover o “desenvolvimento” de um vale selvagem, o Mineral King, situado na Sierra Nevada. Na ocasião, uma das mais eficazes associações de ecologistas do mundo, o poderoso Sierra Club, apresentou queixa, alegando que o projeto – com investimentos de 35 milhões de dólares em hotelaria e turismo – iria destruir a estética e o equilíbrio natural do Mineral King. Como a queixa foi rejeitada, o Sierra Club solicitou a assessoria do professor Christopher Stone que, em suas aulas na universidade, defendia a tese da ecologia profunda. Como não existia jurisprudência firmada sobre o tratamento legal da natureza como sujeito de direito, Stone redigiu, às pressas, um suporte teórico para subsidiar a apreciação dos juízes, na forma de um artigo publicado na seríssima *Southern California Law Review*, propondo que “de maneira profundamente séria, sejam atribuídos direitos legais às florestas, aos oceanos, aos rios e a todos esses objetos a que se dá a qualificação de ‘naturais’ no meio ambiente, inclusive ao meio ambiente inteiro”. Resultado: dos nove juízes, quatro votaram contra o argumento de Stone, dois abstiveram-se, mas três votaram a favor, de modo que as árvores perderam o processo por apenas um voto.

Depois de narrar este fato, Luc Ferry argumenta que

(...) teria chegado a hora dos direitos da natureza, depois dos direitos das crianças, das mulheres, dos negros, dos índios, até mesmo dos presos, dos

loucos ou dos embriões [no âmbito da pesquisa médica, senão no das legislações sobre o aborto, células-tronco, etc.]. Em suma, trata-se de sugerir que o que parecia “impensável” numa dada época, converteu-se hoje em evidência (Ferry, 1994: 15-16).<sup>23</sup>

A problemática da ecologia profunda também está presente na obra de Pièrre Teilhard de Chardin (1881-1955), paleontólogo, teólogo e pensador jesuíta francês que escandalizou os conservadores católicos ao observar que o universo tem vida inteligente e que até as pedras têm algum tipo de vida imanente, seguindo um finalismo que, em Hegel, significa que o próprio mundo tem sua razão de ser em sua finalidade última. Mas, enquanto outras filosofias, como o panteísmo, consideram a imanência divina na própria natureza, negando, portanto, sua transcendência – isto é, Deus estaria na natureza, não fora dela – a Igreja busca conciliar os princípios de imanência e transcendência, recuperando o conceito de enteléquia, em Aristóteles, pelo qual todos os entes, por serem constituídos de matéria e forma, tendem para um estado de perfeição (*neguentropia*) específico de cada um, ou seja, para um fim contido no próprio ente. Assim, Deus está representado na natureza, mas a natureza não é Deus, tal como a fotografia ou a imagem representa, mas não é a pessoa ou objeto representado. Alberto Magno define claramente que nem a natureza é Deus, nem a relação entre Deus e a natureza é arbitrária. A razão de Deus manifesta-se na ordem da natureza, mas vai além dela. Na realidade, a criatura é mais do que seu ser aparente. É uma questão de saber ver, de *epistème theoretiké*, no sentido de competência (*appartenance*) do olhar. Essa competência que Tomás de Aquino chama de *mirandum* ao comentar a *Metafísica*, de Aristóteles, é o que aproxima o filósofo do poeta (Lauand, 2002: 137).<sup>24</sup> A criação é um convite à meditação. É meditando sobre as criaturas que admiramos e louvamos seu artífice. *Divinorum factorum meditatio necessaria est* vai afirmar Santo Tomás de Aquino, no livro II, cap. 2 da *Contra Gentiles*.

Para Chardin o universo caminha para um ponto final de amadurecimento e perfeita união com a realidade divina. O surgimento do homem, sua socialização, a criação do mundo da cultura seriam apenas etapas de um plano maior onde o equilíbrio do sistema está dado *a priori*, por isto não pode ser rompido sob pena de destruir a própria vida. Neste sentido, o princípio do livre-arbítrio atribuído ao homem comporta a noção de que ele será premiado ou punido pela natureza conforme as suas ações. Desse modo a culpa pelas enchentes ou as destruições provocadas pelas variações climáticas deve ser buscada na própria ação humana de passado recente, conforme já vimos. Quando surgiu no planeta, o homem já encontrou o universo em perfeito funcionamento, com os planetas seguindo suas órbitas regularmente, as estrelas brilhando, o sol aquecendo para o germinar e a manutenção da vida, as árvores dando frutos e sementes, os elementos orgânicos evoluindo conforme cada espécie... afinal, um sistema em perfeito equilíbrio. Estudando a ecologia profunda

– embora às vezes criticada por um radicalismo que, ao privilegiar as criaturas, acabaria excluindo o próprio homem, no sentido humanista do termo – será possível fazer o homem entender que se alguém está colocando o sistema em risco é ele mesmo, com sua cobiça e seu individualismo.

O pensamento de Chardin incomodou tanto a ortodoxia religiosa, por integrar os resultados das ciências naturais ao pensamento da Igreja, que ele viveu sob constante pressão e seus escritos tinham de circular mimeografados, muitos sendo publicados somente após sua morte.

Modernamente, os conceitos de integração entre homem, natureza e Deus, ou entre ciência e religião, ciência e fé, racionalidade e espiritualidade, objetividade e intuição são bem mais aceitáveis, mesmo entre renomados cientistas e grandes pensadores. Soren Kierkegaard acha que a fé supera a razão: (“Creio, ainda que [a existência de Deus] pareça um absurdo”) *credo quia absurdum!* Com efeito, o homem ainda não conseguiu explicar suficientemente a sua origem, o propósito da vida e o que ocorre depois da morte. “A humanidade é tão limitada que não consegue compreender o início e o fim de sua existência”, dirá o jovem Werther, personagem de Goethe<sup>25</sup> – defensor da natureza – no século XVIII. Para Albert Einstein, quando nos voltamos para o Universo, o que temos diante de nós é “o mundo imenso, que existe independente dos seres humanos e que se nos apresenta como um enorme e eterno enigma, [só] em parte acessível à nossa observação e ao nosso pensamento” (Einstein, 1982: 15).<sup>26</sup> A infinitude do Universo ou a idéia de Deus não eram um mistério apenas para o pai da Teoria da Relatividade. Muitos outros já se incomodaram com isto, como nesta bela página de Santo Agostinho, baseada no salmo 99, em sua busca da espiritualidade:

Interroguei a terra, o mar, os abismos e os répteis animados e vivos e responderam-me: “Não somos o teu Deus; busca-o acima de nós. Perguntei aos ventos que sopram; e o ar, com os seus habitantes, respondeu-me [...]: “Eu não sou o teu Deus”. Interroguei o céu, o sol, a lua, as estrelas e disseram-me: “Nós também não somos o Deus que procuras”. Disse a todos os seres que me rodeiam [...]: “Já que não sois meu Deus, falai-me de meu Deus, dizei-me ao menos alguma coisa d’Ele”. E exclamaram com alarido: “Foi Ele quem nos criou” (Santo Agostinho, 1988, Livro X–6: 222).<sup>27</sup>

O professor e físico quântico indiano Amit Goswami, da Universidade do Oregon, observa que todas as nossas ciências sociais, inclusive as descobertas de Einstein, são baseadas na física que Isaac Newton fundou no século XVII. O determinismo, a forte objetividade e o materialismo dela resultantes, são adequados quando investigamos a ordem do mundo exterior, mas não dão conta de explicar, ou, pelo menos, de tentar explicar, o que se passa com um universo muito mais próximo, o interior do próprio homem. Por isto, na década de 1920,

(...) a física clássica foi substituída por uma nova física, denominada mecânica quântica, ou física quântica. [...] Algumas décadas depois, essa nova física está provocando uma revisão crucial no modo como nós concebemos os sistemas vivos e no modo como praticamos a biologia, a psicologia e, assim, todas as ciências sociais. No novo paradigma, há uma janela aberta para a oportunidade, uma janela visionária, através da qual se pode reconhecer que a consciência tem um papel decisivo na configuração da realidade; a espiritualidade pode, portanto, ser reconciliada com a ciência (Goswami, 2000: 20).<sup>28</sup>

Outro físico de destaque, Fritjof Capra, Doutor em Física Teórica pela Universidade de Viena, situa esse confronto de idéias entre um antigo paradigma dominado pela física, lastreado no antropocentrismo (o homem é o centro), e um novo paradigma, baseado nas chamadas Ciências da Vida, filiadas ao ecocentrismo (a Terra é o centro). A relação contemplada neste novo paradigma não é uma relação hierárquica centrada no verticalismo, onde alguém domina alguém, alguém manda e alguém obedece. Trata-se de uma relação de “rede”, metáfora central da ecologia, como sistema, para significar a paridade, a igualdade, a horizontalidade, a responsabilidade comum pela preservação da vida, pois não há como escapar se os processos vitais se extinguirem. Vivemos, portanto, todos integrados em uma ampla, mas única, rede, a rede sistêmica da vida. Atentar contra qualquer ponto (ou nó, ou nódulo) da rede é atentar contra toda a rede. Todos são iguais diante do imperativo categórico da continuidade da vida, daí a noção de ecologia profunda, direitos intrínsecos da natureza, etc. Trata-se de romper qualquer tipo de separatismo ou dualismo porque não há duas ou dezenas de redes separadas: há uma só rede que é a teia da vida. É como na internet, ou no hipertexto, todos os pontos (ou *links*) estão conectados, mas nenhum é mais importante que outro, todos têm a mesma importância do ponto de vista da acessibilidade ao sistema total. Já não temos mais a relação de um para muitos, como na mídia tradicional, mas de todos para todos, como ensina Pièrre Levy. Ainda tomando a internet como exemplo de integração, podemos aduzir o registro de M. Castells (2003: 287)<sup>29</sup>:

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico que constitui, na realidade, a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos.

Assim, contra o antigo paradigma da crença no progresso material ilimitado, que via no corpo humano apenas uma máquina produtiva, surge, neste novo século, um novo modo de ver o mundo, que concebe o mundo como um todo integrado,

holístico, ecológico. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e nos revela que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza, portanto somos dependentes desses processos.<sup>30</sup> Como lembrava Einstein, a natureza não precisa do homem, mas o homem precisa da natureza.

A literatura sobre ecologia radical vem se ampliando a partir de Aldo Leopold, falecido em 1948, considerado o Pai da Ecologia Profunda, pois nos convida a derubar os paradigmas que dominam as sociedades ocidentais em seu principal livro *A Sand County Almanac*, uma coletânea de ensaios publicada em 1949 e que contém o mais célebre entre eles, *A Land Ethic*, traduzido para o francês como *L'éthique de la terre*. Neste ensaio, Leopold conclui que assim como soubemos rejeitar a escravatura – que era uma instituição plenamente aceita na ética aristotélica, por exemplo, ou antes, na *Odisséia*, de Homero, em que Ulisses, voltando a Ítaca, não elimina apenas os pretendentes de Penélope, mas também as escravas que a eles se aliaram<sup>31</sup> – devemos, agora (lembremo-nos que o texto é de 1949), dar um passo além, levando finalmente a natureza a sério, considerando-a dotada de um valor *intrínseco*, como sujeito de direito. Trata-se, então, de desconstruir o “chauvinismo humano” que comporta o preconceito antropocêntrico por excelência: aquele que nos leva a tomar o universo por teatro de nossas operações, simples periferia de um centro instaurado em sujeito único de valor e de direito (Ferry, 1994: 95-96).<sup>32</sup>

A visão de Leopold instalou amplo debate na ecologia norte-americana que tende, hoje, via Alemanha, principalmente, a introduzir-se na Europa. A questão central deste debate é a seguinte: trata-se, apenas, de cuidar dos nossos lugares de vida porque sua deterioração ameaçaria nos atingir ou, pelo contrário, de proteger a natureza como tal, porque descobrimos que ela não é um simples material bruto, mas um sistema harmonioso e frágil, mais admirável em si mesmo do que essa parcela ínfima, em suma, que nela constitui a vida humana?

O debate expõe, na verdade, a existência de duas grandes correntes ecologistas no século XX. A primeira é *reformista*. Tenta controlar as poluições mais gritantes da água ou do ar, modificar as práticas agrícolas mais aberrantes nas nações industrializadas e preservar algumas zonas selvagens que ainda subsistem nelas, transformando-as em “reservas”. A outra corrente concorda com tais objetivos, mas é *revolucionária*: visa uma epistemologia, uma metafísica e uma cosmologia novas, assim como uma nova ética ambiental na relação pessoa/planeta, conforme a definição de um dos principais teóricos do fundamentalismo ecológico, Bill Duval.<sup>33</sup>

O termo “ecologia profunda” (*deep ecology*) foi utilizado no início da década de 1970 pelo filósofo norueguês Arne Naess para esclarecer esse debate originado em Leopold, significando, hoje, um movimento mundial que está na raiz do ativismo radical de entidades como o *Greenpeace*, o *Earth first*, o *Sierra Club*, alguns Partidos Verdes (principalmente na França e na Alemanha), além de filósofos populares

como Hans Jonas ou Michel Serres. A escola de Naess<sup>34</sup> faz uma distinção entre “ecologia rasa” e “ecologia profunda”. A primeira é antropocêntrica, o homem está acima da natureza, é fonte de todos os valores. Ele atribui à natureza um valor de uso. A natureza é objeto a ser consumido. Esta é a corrente que levou o princípio da “dominação bíblica” ao pé da letra e que nem de longe aceitaria o protesto ecológico de um Francisco de Assis cultuando a água como “irmã”. Do ponto de vista das nações, trata-se do desenvolvimento a qualquer preço. Mesmo algumas empresas que poluem, praticam essa “ecologia rasa” na tentativa de “clarear” o seu produto junto à sociedade ou ao mercado de consumo. Trata-se de um termo que corresponderia, em Leopold, à corrente “conservacionista” do ambientalismo internacional.<sup>35</sup>

A outra distinção de Naess, para designar os que pregam uma mudança radical no comportamento ambiental, ainda a partir de Leopold, é a “ecologia profunda”. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. Ela reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. Portanto, a natureza é sujeito da vida, não objeto. É ela que alimenta o homem, e não o contrário. Ela sustenta a vida, regulando o equilíbrio do sistema onde o homem é apenas um ser dependente.

A grande questão que se coloca, entretanto, é como convencer o homem a abrir mão de sua visão antropocêntrica de mundo. Cabe indagar, até mesmo, se não haveria certo exagero anti-humanista nas concepções da ecologia profunda. Não podemos, naturalmente, inverter as polaridades caindo no erro oposto de considerar o homem como objeto da natureza. Trata-se, então, de corrigir os excessos, de sustar a depredação, de recuperar o que foi danificado, de vivenciar um comportamento ambientalmente correto, de dar cada um a sua participação, por menor que seja, na certeza de que participar – ainda que seja separando o lixo reciclável no cantinho da cozinha – é colocar um tijolinho a mais no esforço universal para limpar o planeta.

No que se refere às grandes corporações, onde o lucro é o motor de todas as iniciativas, somente o revigoramento da ética seria capaz de alterar os procedimentos. Mesmo entre as pessoas, como acabar com a chamada “Lei de Gerson” – que nos leva a tentar obter vantagens em tudo, tentando tirar proveito das posições de superioridade que eventualmente ocupamos na vida em relação aos nossos semelhantes, como fazíamos no período da escravidão – se não internalizarmos uma consciência ética em nosso comportamento?

Quem nos ensinará a ser éticos? Será a escola, a família, a religião? Mas a escola está sucateada, a família se divorciou e a religião transformou-se num supermercado de fórmulas prontas e comércio de ilusões através da proliferação das seitas com seus sacos e malas de dinheiro... Que esperança temos de retomar os clássicos como no Renascimento? Onde Agostinho, Tomás, Francisco, Erasmo, Chardin? Onde



encontraremos debates sérios sobre as questões que dizem respeito à sobrevivência do homem neste planeta?

Se a resposta é difícil, não é menos verdade que o estudo da ética (e da estética) se impõe, mais do que nunca.

## **Ecologia e ética**

Quais os elementos que podem induzir ao comportamento ético?

Aqui há dois caminhos a seguir e ambos se complementam. O primeiro é a educação – não só no ambiente escolar convencional, mas ao nível da cidadania, com apoio da mídia. O segundo é a advertência – através de uma legislação firme, coerente, pertinente, aplicável, funcional. Quando somos penalizados no bolso, então compreendemos que é preciso repensar o consumo de energia, água, embalagens não recicláveis, combustíveis fósseis, madeiras de florestas não controladas ou quando queimamos, desmatamos, poluímos, “assassinamos” animais e árvores.

Não temos outro caminho que não a retomada e o entranhamento da ética em nossas vidas, desde as atitudes mais simples que superam o “penso, logo existo” norma da ecologia rasa, de origem cartesiana e racionalista, para um “escolho, logo existo” – onde a participação responsável de cada um pressupõe níveis aprofundados de consciência, característica da ecologia profunda e do pensamento sistêmico. Mas, do que trata a ética?

O misticismo neoplatônico colocou como propósito da conduta humana o retorno do homem ao seu princípio criador e sua integração com ele. Segundo Plotino, esse retorno é o objetivo da viagem do homem, é o afastamento de todas as coisas exteriores, é a fuga do homem para a Unidade divina. Afinal, “não temos aqui morada permanente”, vai dizer Santo Agostinho, é preciso buscar a Cidade Eterna e Verdadeira. É este conceito de ética que domina todo o período medieval. Santo Tomás de Aquino filia-se a Aristóteles para definir que “a felicidade é o fim da conduta humana, dedutível da natureza racional do homem”. Esta visão já está presente em Platão, que, na *República*, vai consagrar a justiça como princípio da ética. Do mesmo modo, Hegel considera que o Estado é a “totalidade ética”, é o ápice da “eticidade”, é a moralidade que ganha corpo e substância nas instituições históricas que a garantem. Como o Estado é garantido pelo direito, a ética é filosofia do direito, enquanto a moralidade é a intenção ou a vontade subjetiva de realizar o que se acha realizado no Estado. Recuperando o mito de Prometeu – condenado por Zeus a ter o fígado reiteradamente devorado pelas aves de rapina por ter roubado o fogo do Olimpo para os homens e de ter-lhes ensinado coisas úteis à sobrevivência – Protágoras dirá, em 322 a.C., que o respeito mútuo e a justiça são as condições para a sobrevivência do homem. O que move a conduta humana é a vontade de sobreviver, é o apego à vida. Mas não há vida fora do direito e da moral. Para sobreviver, o homem deve

conformar-se às regras e não pode agir de outro modo. Em Epicuro, o que move a conduta humana é o prazer e a dor, um ardentemente buscado, outro ferrenhamente evitado, dentro do possível: “Prazer e dor são as duas afeições que se encontram em todo animal, uma favorável, outra contrária, através das quais se julga o que se deve escolher e o que se deve evitar”, diz (Abbagnano, 2000: 380).<sup>36</sup>

A filosofia epicurista foi evitada na Idade Média, mas foi retomada no Renascimento quando Lorenzo Valla foi o primeiro a reapresentá-la em *De voluptate* afirmando que o prazer é o único fim da atividade humana e que a virtude consiste em escolher o prazer e evitar a dor. Em Hobbes temos que a maior aspiração humana é a auto-conservação. Ela é o fundamento da moral e do direito: “A natureza proveu a que todos desejem o próprio bem, mas para que possam ser capazes disso, é necessário que desejem a vida, a saúde e a maior segurança possível dessas coisas para o futuro. De todos os males, porém, o primeiro é a morte, especialmente se acompanhada de sofrimento” (Abbagnano, 2000: 384).<sup>37</sup>

O pensamento de Hobbes – para quem o homem é lobo do próprio homem – acaba incorporando uma justificativa para comportamentos nem sempre éticos ao defender que o fim justifica os meios, o que vem a legitimar o poder do Estado e o próprio individualismo capitalista, pedra de toque da ecologia rasa.

Nietzsche, filiado à linhagem intelectual de Darwin e Bismarck, influenciado pelo pessimismo de Schopenhauer e por seu amigo Wagner, considera que Bom é aquilo que sai vencedor (“dizeis que a boa causa santifica até a guerra? Eu vos digo: a boa guerra santifica qualquer causa”, dirá por Zaratustra). Mau é aquilo que cede e falha. Trata-se de uma ética calcada em Spencer, na qual a força é a virtude máxima e a fraqueza é o único defeito na luta pela sobrevivência. Ao criticar a covardia vitoriana dos darwinistas ingleses – só preocupados com os negócios e os lucros, herança genética que transmitiriam ao atual Império do Norte – e a respeitabilidade burguesa dos positivistas franceses e dos socialistas alemães, Nietzsche dirá que “esses homens tiveram a coragem de rejeitar a teologia cristã, mas não ousaram ser lógicos e rejeitar também as idéias morais, o respeito à humildade, mansidão e altruísmo que crescera com essa teologia” (Durant, 1983: 10).<sup>38</sup>

Espinosa viu na tendência do homem a buscar tudo que lhe seja útil a ação da Substância divina: a razão nada exige contra a natureza, mas exige por si mesma, acima de tudo, que cada um ame a si mesmo, que deseje tudo o que conduz o homem à perfeição e que cada um se esforce para conservar o próprio ser, fazendo aquilo que julga melhor para si (Cf. Scruton, 2000: 43).<sup>39</sup> Adotar a alegria e evitar a tristeza, como fundamento da moral, é a proposta de Leibniz.

Mas, a partir do séc. XVIII, o conceito de ético superou a questão do bem individual para ser visto como “a maior felicidade possível do maior número possível de homens”, conforme a avaliação de Hutchinson, numa fórmula depois adotada por Beccaria e por Bentham. Foi Hume que encontrou a palavra que exprimia a nova

tendência: o fundamento da moral é a *utilidade*, mas uma utilidade social, coletiva. É boa a ação que proporciona felicidade e satisfação à sociedade. O homem está inclinado a promover a felicidade dos seus semelhantes. O sentimento de humanidade, ou seja, a tendência a ter prazer com a felicidade do próximo é o fundamento da moral, o móvel fundamental da conduta humana. Mais tarde Adam Smith chamará de *simpatia* esse sentimento do espectador imparcial que olha e julga a sua conduta e a dos outros.

Em Kant há uma visão mais absolutista do problema. Não se trata de emoção, mas de razão. A razão não pode ser medida apenas pela adequação dos meios aos fins, mas depende do julgamento dos fins. Assim, a moral é um fim em si mesma. Não está a serviço de nenhum outro objetivo. Não se deve agir moralmente para ser respeitado ou para ganhar o céu, mas, simplesmente, porque é moral. Esta é a razão prática, é um imperativo categórico. A norma de Kant é: “Age moralmente!” (K. & Höhle, 2001: 59).<sup>40</sup>

Estudiosos e filósofos diretamente ligados à questão ambiental também defendem o pressuposto ético como único capaz de mover o comportamento humano para um estágio superior de relacionamento com o meio natural e com o próprio homem. Assim, o economista-humanista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs, que morou 14 anos no Brasil, professor da Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, em Paris, ao difundir o conceito de “ecodesenvolvimento”, como consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), afirma que “o princípio ético subjacente é o da solidariedade com as gerações futuras”, mas adverte que “a solidariedade diacrônica não pode separar-se do seu princípio gêmeo de solidariedade sincrônica com os nossos contemporâneos” (Sachs, 1986: 49).<sup>41</sup> Ele cita Bennett (1976: 311) para explicar que “a preocupação ecológica não deveria dissociar-se da preocupação com a equidade social entre as nações e dentro delas... sobretudo porque o uso que o homem faz da natureza está inextricavelmente entrelaçado com o uso do homem pelo homem”. Percebemos, aqui, a presença inequívoca dos fundamentos éticos vistos anteriormente, voltados para o bem coletivo, para a satisfação social, através da solidariedade. Temos uma condensação preciosa de tudo isto em Hume quando ele atribuiu utilidade prática à moral e à ética através do “prazer de ser solidário”, de tal modo que a ética estaria centrada no respeito, no amor ao próximo. Se recuamos, então, ao séc. III de Agostinho, nesta análise, porque não recuar de uma vez ao princípio da Nova História e relembrar na própria origem: “Que vos ameis uns aos outros como eu vos amei”?<sup>42</sup> Afinal, como separar ciência e fé quando o objeto de estudo é a vida? O amor e a ética não se conciliam com a “ecologia rasa”. Não seria ético, por exemplo, o programa de crescimento zero resultante do encontro de empresários no chamado Clube de Roma, em 1968, quando os males da humanidade foram atribuídos à explosão demográfica dos países pobres. Pelo contrário, para Sachs (1986) é necessário desenvolver aceleradamente e

sustentavelmente os países do terceiro mundo como pré-condição *sine qua non* para a diminuição das taxas demográficas no futuro.

Conforme este ponto de vista, não são as populações pobres que desequilibram o meio ambiente, é o modo como a renda é distribuída, situação perversa que está na raiz do comportamento não ético entre países e classes sociais. Mas é a dependência cultural – muitas vezes capitaneada pela mídia – que leva ao mau desenvolvimento dos países do terceiro mundo, devido à insistência em tentar imitar o modo de vida dos países ricos onde economias mais fortes têm mais condições de absorver o excesso de consumo – naturalmente com inevitáveis problemas para o meio ambiente por sua conformação sistêmica. Nos países pobres o “crescimento imitativo” leva a mais empobrecimento porque, ditado artificialmente pela moda, é insustentável. Aqui surge a necessidade de educar para o consumo sustentável em conformidade com as disponibilidades regionais. É um espaço que se abre para a valorização da cultura e dos costumes nacionais, opondo-se o local ao global, como defendem vários pensadores, entre eles Barbero (1987), Ortiz (1994) e o próprio Sachs.

A pobreza nos países latino-americanos, por exemplo, não resultou de um padrão ético de comportamento. Pelo contrário, ela resulta do mito do desenvolvimento ilimitado que tende a concentrar a renda sempre mais. Não se pode considerar ético que 6% da população mundial – residentes nos EUA – consumam 30% a 35% de todos os recursos da Terra. Segundo Moser (1984: 55),<sup>43</sup> citando levantamentos da ONU, só na década de 1959 a 1968 os Estados Unidos consumiram mais recursos do que o mundo inteiro desde sua origem. Um norte-americano consome 16 vezes mais energia que um chinês; 53 vezes mais que um hindu; 109 vezes mais que um habitante do Sri Lanka; 438 vezes mais que um malásio e 1.072 vezes mais que um morador do Nepal. Enquanto isto, 10% de toda a renda mundial concentram-se nas mãos de pouco mais da metade dos 6 bilhões de habitantes do planeta, exatamente 60%.

Da mesma forma não se pode considerar que existem ética e solidariedade humana em um contexto sócio-planetário onde o déficit habitacional dos países pobres é de 150 milhões de moradias. Só na Ásia mais de 100 milhões de pessoas vivem em habitações precárias. Na América Latina faltam mais de 20 milhões de moradias. Ao mesmo tempo, um tanque custa US\$ 1 milhão (ou 100 mil toneladas de arroz, ou 1.000 salas de aula para 30 mil crianças); um bombardeiro custa US\$ 20 milhões (ou 40 mil pequenas farmácias). E quantas crianças morrem de fome, todos os dias?

O desequilíbrio do ecossistema mundial provocado pela falta de ética e de estética, levou o Papa João Paulo II a se manifestar assim na carta *Dives in Misericordia*:

Sucede em nossos dias que, ao lado daqueles que são abastados e vivem na abundância, há centenas de milhões que vivem na indigência, padecem a miséria e, muitas vezes, morrem de fome. É por isto que a inquietude moral está

destinada a tornar-se ainda mais profunda. Evidentemente, na base da economia contemporânea e da civilização materialista, há uma falha fundamental, um mecanismo defeituoso, que não permite à família humana sair de situações tão radicalmente injustas (Osservatore Romano. 7.12.1981, n. 11: 12).<sup>44</sup>

A noção de que o problema do equilíbrio mundial é, basicamente, uma questão ética foi a razão do surgimento de teologias de contestação, na década de 1970, propondo uma Igreja mais presente e mais atuante nos problemas humanos, como se deu com a Teologia da Libertação – do peruano Gutierrez e do brasileiro Leonardo Boff – pregando a opção preferencial pelos pobres. Reunidos em Puebla, os bispos latino-americanos já afirmavam em 1979: “Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de poucos é um insulto para a miséria das grandes massas”.<sup>45</sup>

Professor de Ética e Teologia Moral, Antonio Moser aborda a ética como ciência categoricamente normativa dos atos humanos, à luz da razão natural. Ela (a ética) não apenas descreve comportamentos humanos, mas traça imperativos para que o homem possa realizar-se na sua humanidade. É através da vida humana ameaçada na terra que a ecologia e a ética encontram-se diante de um mesmo e gigantesco desafio: o que fazer para possibilitar a continuidade da vida sobre o planeta?

Para dar conta do desafio à sua frente, a ética deixa o eternismo platônico (mundo das idéias) para situar-se, hoje, no plano das preocupações terrenas (mundo real). Segundo Moser, a ética desloca-se do antigo conceito de “permanente” (*esse*) para o conceito hegeliano de evolução na continuidade (*fieri*). Agora ela é constituída *na e pela* história. Por isto assume traços de “provisoriedade” (Moser, 1984: 31-32).<sup>46</sup>

As atualizações (*aggiornamento*) promovidas pela Igreja através do Concílio Vaticano II revelam essa preocupação com a ética do *fieri*, voltada para o bem coletivo, desautorizando a ética do individualismo cartesiano que apresenta o homem embevecido com a própria inteligência, como se pode verificar nesta declaração conciliar.

Cumprem-se cada vez melhor os deveres da justiça e caridade se cada um, contribuindo para o bem comum segundo suas capacidades e as necessidades dos outros, promover e ajudar também as instituições públicas e particulares que estão a serviço de um aprimoramento das condições de vida dos homens... que todos considerem como sagrada obrigação enumerar as relações sociais entre os principais deveres do homem de hoje (Documento do Concílio Vaticano II, cit. por Moser, 1984: 33).<sup>47</sup>

O professor Moser, à luz da ética, propõe uma nova sociedade com um programa de quatro pontos: 1. Abandono da civilização do desperdício; 2. Mais justa

distribuição dos recursos humanos; 3. Atenção central à produção de alimentos; 4. Ação global contra a miséria e a fome. Ele avalia que “só uma ação global, com a integração de esforços das organizações e dos governos, de boa vontade, que não isole os problemas da miséria e da fome, será capaz de tornar o panorama mundial menos sombrio para um futuro próximo”. E conclui: “Quem deve ir para o banco dos réus é o desperdício dos ricos, não as migalhas que alimentam milhões de miseráveis”.

A abordagem ética do relacionamento humano é, portanto, presença marcante, tanto na hagiologia – desde a patrística e a escolástica, como vimos nesta modesta diacronia – como também na filosofia clássica. Igualmente podemos considerar que a partir da Revolução Industrial a desconfiguração do belo natural acentuou-se porque a natureza passou a ter um valor de uso no processo de produção voltado para a acumulação. A proposta de um mundo feliz para todos, presente no Iluminismo, só se realizou para poucos, exatamente através do processo de acumulação capitalista, como efeito de uma visão reducionista de mundo na qual o individualismo assumiu proporções de imperativo categórico, exatamente ao contrário do prefigurado na ética kantiana. Não será difícil, então, constatar que a utopia do mundo eticamente solidário ficou mesmo no campo da utopia, o que não deve tirar o ânimo dos que ainda apostam na possibilidade de um outro mundo. É certo que em muitos outros períodos da história humana, cada qual segundo as suas características, o conceito de belo e estético sofreu transformações.

À luz da modernidade, a Santa Inquisição não seria *santa*. Confrontada com Gisele Bündchen, a Mona Lisa não seria *bela*. O desprezo aos trabalhadores braçais e artesãos – próprio do feudalismo – não seria *estético*. A violação da propriedade pela imposição do mais forte, na ausência do Direito, não tinha nada de *belo*. Por isto não se pode, racionalmente, comparar as épocas, porque cada época deve ser comparada com ela mesma. Hoje temos águas poluídas pelo esgoto urbano ou pelo derramamento de petróleo. Mas ninguém mais corre o risco de receber o conteúdo de um penico esvaziado na cabeça ao passar sob uma janela, mesmo de famílias nobres. Nem mesmo o Rei Sol contava com a comodidade de um vaso sanitário hoje instalado em qualquer favela do mundo civilizado. Os bastidores da literatura inglesa dão conta que diante da casa do pai de Shakespeare, no interior da Inglaterra, havia permanentemente um cheiro horrível por causa de uma montanha de estrume bem em frente da janela. Então podemos dizer que o fenômeno da urbanização – com o saneamento, por exemplo – trouxe a solução de todos os problemas? Que hoje vivemos a estética do mundo em sua plenitude? Por certo que não.

Se concluímos, desta forma, que é indispensável a retomada ética para conduzir o homem a um mundo mais feliz, também somos levados a este modo de ver diante do resultado nada estético que a vida moderna nos apresenta. Com efeito, considerando a estética como sinônimo do belo harmônico já estudado nos antigos

gregos – portanto da Verdade e do Bem – não temos qualquer condição de avaliar como belo o desencontro do mundo moderno nos seus mais diferentes aspectos, seja o social, o econômico, o cultural ou qualquer outro. Igualmente deveríamos perseguir um ideal ético e estético para o próprio jornalismo dentro do sistema constituído pelos meios de comunicação. Chegaremos lá.

No meio ambiente, a falha estética é ainda mais gritante, pois se a “irmã água” de Francisco já não é casta e já começa a escassear, se ela é a “presença de Deus na terra”, conforme o louvor agostiniano, e se Deus é a própria estética do equilíbrio negentrópico, da perfeição, da harmonia das partes, em Tomás de Aquino, o homem moderno terá muita dificuldade para perceber a mesma extesia dos santos diante da natureza poluída. Que tipo de emoção estética nos conduzirá ao *logos* divino – conforme o pensamento aristotélico-tomista – se temos diante de nós a natureza desgrenhada, violentada e semi-destruída ou, do ponto de vista da ecologia humana, um ser humano desesperançado, estressado, humilhado e confuso neste período de tão evidente mal-estar da civilização, como entrevisto por Freud?<sup>48</sup> Que mundo é este em que a alma se questiona sobre o sentido da vida quando a infra-estrutura da própria vida, que é a natureza, está atacada de morte? Onde está o Belo que nos conduz à reflexão interior, ao mundo das idéias, à contemplação de Deus nas criaturas? Qual a avaliação estética do nosso mundo? Haveria estética na guerra, na corrupção?

Porque é importante refletir sobre a estética, após analisarmos a questão ética?

## Abordagem estética

De início é preciso reconhecer que não se pode conceber a estética como valor absoluto, acima da moral, por exemplo. Conceber um modo estético de ser, no relacionamento social, nas práticas profissionais, no trato com a natureza, na concepção do texto ou da própria arte não pode ser uma obsessão, um fim em si mesmo, que nos faria relegar a segundo plano outros compromissos como a ética, o respeito, a amizade, o amor, etc., visto que isto nos levaria a uma vida artificial, vazia e hipócrita, como nessa ditadura da moda atual que leva as *top-models* à autodesnutrição consciente – com riscos para a saúde – para permanecerem “dentro do padrão”. De igual modo o estetismo de Don Juan, o sedutor, leva a uma vida mesquinamente tediosa. Sob este aspecto, é impossível concordar com Oscar Wilde para quem a arte é mais importante que a própria vida, pois não existe arte sem vida e é a vida que dá sentido à arte e a tudo o mais. Também Soren Kierkegaard critica o estetismo consumista de quem vive no instante, apenas para colher rosas, sem os espinhos, praticando um oportunismo que menospreza a solidariedade e o verdadeiro amor ao próximo (desinteressado e puro), o que, não raro, acaba levando ao desespero (Abbagnano, 2000: 375).<sup>49</sup>

O ideal estético, identificado aqui como a norma do gosto em Hume, vincula as noções de arte e de belo como objetos de uma única investigação, superando a separação encontrada nos antigos gregos onde Aristóteles considera a arte enquanto *poética* (que consiste na ordem, na simetria), enquanto Platão estuda o belo, separadamente, como a manifestação evidente das idéias, isto é, dos valores. Entretanto, se só a arte é bela, fruto da inteligência e da inventividade, como considerar bela a natureza que não é arte criada pelo homem? A conexão entre belo artístico e belo natural desenvolveu-se a partir do séc. XVIII, com a já citada norma de Hume e, principalmente, em Kant, para quem “a natureza é bela quando tem a aparência de arte” e “a arte só pode ser chamada de bela quando nós, conquanto conscientes de que é arte, a consideramos como natureza”. Em qualquer das definições, tanto do ponto de vista do observador, como por parte do artista que cria (mesmo quando imita o modelo ou a natureza), está implícita a imanência do transcendente, isto é, a inspiração espiritual, o traço divino que explica a manifestação do gênio e a emoção estética do espectador. Para Hegel, a obra de arte não está na tela, na madeira ou na pedra; no caso da poesia ou do texto, não está nas letras e nas palavras... ela está dada antes, está no espírito criador que ilumina e inspira. Assim, todos vêem o bloco de pedra, só Michelangelo vê o Moisés, porque a inspiração é única. Muitos jornalistas cobrem uma entrevista coletiva, mas só uns poucos captam detalhes que renderão outras pautas até mais significativas ou que vão dar um toque especial na reportagem. O mesmo vale para o trabalho de apuração, de investigação. Como dizer que jornalismo não é arte? Como ser jornalista sem conhecer história da arte, sem ter noção de belo estético, belo moral ou sem estudar filosofia?

Em sua rotina de trabalho, o jornalista bem formado sabe que também fora da crítica da arte e da própria especulação filosófica, o domínio da estética é cada vez mais utilizado para o debate de problemas de ordem psicológica, política, moral, social, etc. Por dever de ofício, eles igualmente sabem que, no parlamento brasileiro, quando um deputado ou senador é cassado por “falta de decoro parlamentar” não significa, propriamente, que ele transitou nos salões do Congresso com a braguilha aberta ou algo assim (em outro contexto o presidente Bill Clinton acabou absolvido), mas que infringiu a ética (a moral dos costumes) e a estética (do politicamente correto), portanto seu crime é de corrupção por frustrar a expectativa da sociedade que o nomeou seu representante. O Belo comportamento não se realizou. No caso dos presidentes essa falta de estética dá margem ao *impeachment* ou à não-reeleição (às vezes).

Para Nietzsche, é indispensável à arte a perfeição do ser e das atitudes, o encaminhamento do ser para a plenitude, a divinização da existência, é o estado *apolíneo* que resulta da embriaguez dionisíaca.<sup>50</sup> Para Hegel, a tarefa da arte é superar a própria arte conduzindo o homem para o transcendente, o espiritual, isto é, para a religião e a filosofia, pensamento parecido com o de Benedetto Croce, para quem “a arte é conhecimento”, como em Aristóteles. Só pela educação chegamos ao conhecimento,



então a arte tem uma função educativa. Adorno não considerava o surrealismo de André Breton (1924)<sup>51</sup> – que contaminara seu companheiro na Escola de Frankfurt, Walter Benjamin – como arte por não ver nele um propósito dialético.<sup>52</sup> Sob este aspecto, a arte está a serviço da doutrinação política, como queriam os partidários do realismo ou da arte concreta, nos países comunistas. Assim, em Lukács a arte é “reflexo da realidade”, é “expressão da autoconsciência da humanidade em dado momento histórico”. Este pensamento leva ao pé da letra a manifestação de Marx em 1843: “Então se verá que o mundo possui desde há muito tempo o sonho de uma coisa, e bastará adquirir consciência para que a possua realmente”<sup>53</sup>. Por isto, o movimento de André Breton pregava a reconciliação do sonho com a realidade em um tipo de realidade absoluta, ou *surrealidade*. Tratava-se de transformar a realidade de acordo com os desejos humanos.

O jornalista atento percebe, assim, que cobrir uma mostra cultural ou uma sessão do Congresso não é muito diferente, quando podemos perceber a estética da arte e a ética (ou falta de) do comportamento humano, analisando o seu conjunto e as suas implicações.

A aplicação do paradigma estético para analisar, por exemplo, a criatividade humana, é bem clara em filósofos mais recentes e nossos contemporâneos como o bem humorado sociólogo italiano Domenico De Masi (1999), freqüentador do excelente programa Roda Vida, comandado por Paulo Markun na TV Cultura. Profeta do saboroso “ócio criativo”, Domenico conduziu uma pesquisa, nos anos 1980, sobre a sociedade pós-industrial, narrando a história de 13 grupos europeus que se revelaram altamente criativos entre 1850 e 1950.<sup>54</sup> Defensor do senso estético como parâmetro para o valor das coisas, o professor titular de sociologia do trabalho da Universidade de Roma La Sapienza, mostra, na conclusão desse trabalho, que a criatividade, no mundo da produção, é filha diletta de um equilíbrio delicado entre razão e emoção, entre fantasia e senso prático. Para ele, essa equação é a mola propulsora do progresso do mundo globalizado no que se refere à produção, à criação artística e ao bem-estar. Assim, não basta ser criativo, é preciso espírito empreendedor e paixão motivadora. Ele compara que no passado, exatamente há cinco séculos, Michelangelo Buonarroti precisou ser capaz de controlar milhares de operários, durante vários anos, para construir a monumental cúpula da basílica de São Pedro, em Roma, enquanto hoje, no mundo pós-industrial, não basta a genialidade isolada de alguns para condicionar movimentos históricos como foi o Renascimento. É necessário o trabalho em equipes preparadas e motivadas que determinam a sorte dos empreendimentos mais notáveis. Mas isto não exclui a “faísca de luz” que vem do traço genial do líder, do condutor do grupo, no qual o grupo acredita e com o qual interage.

No jornalismo, o trabalho em equipe – onde a inteligência emocional conta tanto quanto o preparo racional – é a estrutura básica na qual se apóia todo o processo de criação intelectual e de produção industrial presentes nos modernos meios de

comunicação de massa. Naturalmente cumpre às boas escolas de jornalismo dotarem os estudantes destas noções relacionadas com a capacidade de conviver com o diferente, de aceitar o outro, de ser solidário e bom caráter para que o trabalho em grupo obtenha os melhores resultados. Na própria escola o sentido de equipe deve ser despertado e valorizado na produção acadêmica. Em uma de suas entrevistas ao *Roda Viva*, anos atrás, De Masi contou que em determinada época de sua carreira acadêmica exigia que os alunos, ao entregarem seus trabalhos de grau, comprovassem o esforço de alfabetização de certo número de italianos. Propôs essa idéia para o Brasil, certamente por não compreender como a universidade brasileira preza tanto a burocracia que tudo trava e tudo impede. Certamente a estética da cultura nacional ou da educação brasileira seria outra, com providências tão simples. Isto evitaria o vexame do Tribunal Superior Eleitoral ter que exigir dos candidatos a vereador, em algumas regiões, a prova de que sabem escrever o próprio nome.

## **Conclusão**

Neste artigo fizemos um breve levantamento sobre a relação dos homens com a natureza, onde emergem os conceitos filosóficos a respeito da existência de Deus e sobre o sentido da vida. Depois discutimos o conceito de “ecologia profunda”, puxando o debate para o plano do próprio homem onde a preservação da natureza deve ser praticada em função dela mesma e não do homem em si, ficando implícito, do mesmo modo, que a nossa aceitação do outro – do seu modo de vida, de ser, de pensar, de se relacionar com o seu Deus, com a sua sexualidade, a sua etnia, o seu corpo, etc. – deve se dar a partir do outro mesmo e não a partir de mim, dos meus parâmetros, da minha aceitação ou não. (“Discordo inteiramente do que dizeis, mas defendo até a morte vosso direito de expressá-lo”, pontificava Voltaire). O encaminhamento natural para adquirirmos esse respeito pelo outro – animal, árvore, pedra ou gente – seria a revalorização da ética, disciplina tão desprezada, exatamente nestes tempos nos quais faz tanta falta, que em muitos cursos de jornalismo é uma matéria que vale apenas a metade das demais, contando, portanto, com apenas dois créditos na grade universitária, o que significa apenas duas horas de aulas por semana e não quatro como as outras. Sem ética a sociedade não vai a lugar nenhum. Só teremos a corrupção que resulta da já citada “Lei de Gerson”. O resultado da corrupção é mais corrupção, mais violência, mais desemprego, mais injustiça social, porque é preciso pagar mais impostos para cobrir as despesas do governo e das empresas com as vultosas propinas, o que encarece o custo-Brasil para os investidores externos. Através da ética, poderemos aspirar a um comportamento estético nas artes, na sociedade, na cultura, na educação e até na política. Poderemos pensar um “jornalismo estético” não do ponto de vista da apresentação física dos meios, mas do ponto de vista do seu comprometimento social com a comunidade, da sua capacidade de servir ao

receptor e não de servir-se dele para obter outras vantagens. Trata-se de colocar o receptor como sujeito e não como objeto da informação.

Sob tal ponto de vista, podemos nos filiar à abordagem de Hans Robert Jauss que trata exatamente de elevar o receptor da informação ao *status* de sujeito, mas um sujeito que determina o próprio contexto de produção do discurso. Isto talvez explique porque os grandes meios de comunicação contam sempre, em sua estratégia operacional, com um braço forte que o grande público não percebe, chamado Instituto de Pesquisa. Além das pesquisas de aplicação externa sobre assuntos de interesse político ou econômico ou social, tais institutos também pesquisam a aceitação do próprio veículo, a ponto de alguns apresentadores de TV, tempos atrás, tocarem um sino toda vez que o Índice Verificador de Audiência, mantido pelo IBOPE, batia o concorrente... o que pode ser considerado a própria estetização da informação, isto é, a informação (muitas vezes gritada, como em certos programas de TV, ou desonestamente adulterada, como em alguns programas vespertinos, no estilo *fofoca*) pela informação, apenas voltada para o faturamento da audiência que resultará em “faturamento” da nova tabela de anúncios... Um fim em si mesmo.

Foi com uma aula inaugural na Universidade de Constança, na Alemanha, em 13 de abril de 1967, que Jauss lançou a sua Teoria Estética da Recepção, com o texto “A História da Literatura como provocação à Teoria Literária”. Para ele,

(...) a obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época o mesmo aspecto... ela é um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete (Jauss, 1994: 25).<sup>55</sup>

Certamente, só pela educação ampla, integrando escola e sociedade, com a estratégica utilização dos meios de comunicação, e através de uma legislação que cumpra sua obrigação de coibir os crimes ambientais, de forma enérgica e justa, será possível caminhar para o mundo estético também em relação ao meio ambiente e não só na literatura como visto em Jauss.

Se tivermos uma formação ética para consumir sem afrontar a justiça social e os direitos do outro, por exemplo, se formos educados a consumir sem consumir o meio ambiente, se chegarmos a um acordo sobre a “estética do consumo” no mundo pós-industrial, então poderemos propor uma estratégia de educação integrada e permanente para a sustentabilidade do outro mundo possível.

Pedro Celso Campos  
Professor da Unesp  
pcampos@faac.unesp.br

## Notas

1. O último grande filósofo da Natureza foi Demócrito (460-370 a.C.), natural da cidade portuária de Abdera, na costa norte do mar Egeu. Achava que todas as coisas eram constituídas por partículas minúsculas chamadas átomos. Mas seriam indivisíveis e diferentes para, combinados, gerarem a transformação. Era uma Teoria Atômica semi-perfeita. Hoje a ciência mostra que os átomos podem ser divididos em partículas ainda menores, ou elementares: prótons, nêutrons e elétrons. Mas a ciência acha que deve haver um limite para tal divisão. Cf. Gaardeer, 1995, p. 57.
2. “A Terra é paisagem, é fala, é mensagem que podemos escutar. A Terra também somos nós mesmos, os seres humanos (...). O valor supremo é preservar este planeta – e só temos este – porque ele está profundamente ameaçado e não temos uma Arca de Noé que salve alguns desta vez e deixe perder os outros. Esta é a base para qualquer outro valor. O segundo valor é preservar a família humana, a espécie humana, junto às demais espécies, e garantir as condições para que ela subsista e continue a desabrochar, a desenvolver-se. São os dois valores supremos de uma ética planetária, terrenal”. Cf. entrevista de Leonardo Boff à Revista Caros Amigos. São Paulo, set. 1998.
3. A era glacial mais estudada foi a que ocorreu no período Quaternário e se estendeu por boa parte do Pleistoceno – quando as geleiras chegaram a cobrir cerca de um terço da superfície terrestre – encerrando-se há cerca de 10.000 anos, já no Holoceno, conforme estudamos na Geografia.
4. Cf. Boff, L. Revista Caros Amigos, São Paulo, set. 1998.
5. “Se considerarmos o tempo decorrido desde a data em que avaliamos o aparecimento do homem (entre 100.000 e 50.000 mil anos atrás ) de 2 a 5% desse tempo são ocupados pelo *Homo sapiens* e de 0,2 a 0,5% pela evolução histórica. Ora, só podemos nos assustar com a criatividade e a destruição que se verificaram nesse breve período”. Cf. Morin, 1975, p. 192.
6. “Todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós, brasileiros, somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também fomos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria”. Cf. Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*, 1995, p. 120.
7. Não mais, Musa, não mais que a lira tenho destemperada e a voz enrouquecida,  
e não do canto, mas de ver que venho cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho não no-lo dá a pátria, não, que está metida

no gosto da cobiça e na rudeza  
de uma austera, apagada e vil tristeza  
Luís de Camões. *Os Lusíadas. Canto X-145.*

8. Só no final de sua vida, Camões obteve uma “tença” (pensão) real para não morrer de fome. Mas já estava tão endividado que morreu na miséria e foi enterrado como indigente, em Lisboa, vitimado pela Grande Peste, em 1579. Não tinha sequer um lençol para amortilhar o corpo.

9. Alguns estudiosos consideram que “o movimento ecológico no mundo teve início na Idade Média, com a criação das *forests* – áreas de reserva natural que deram origem às primeiras leis florestais. Com elas a coroa inglesa obrigava os camponeses a proteger a fauna nativa e seu *habitat*”. Cf. artigo de Naná Prado: *O Meio, o Ambiente, a Paz*. In: [www.bonsventos.com.br](http://www.bonsventos.com.br) Acesso em: 19 out. 2005.

10. Citado por Strabeli, 1993, p. 115.

11. Cf. Strabeli, 1993, p. 19.

12. Universo	-	7 bilhões de anos	Antropóides	-	10 milhões de anos
Terra	-	5 bilhões de anos	Homínidas	-	4 milhões de anos
Vida	-	2 bilhões de anos	Homo Sapiens	-	100mil a 50mil anos
Vertebrados	-	600 milhões de anos	Cidade Estado	-	10.000 anos
Répteis	-	300 milhões de anos	Filosofia	-	2.500 anos
Mamíferos	-	200 milhões de anos	Ciência do Homem	-	0

Cf. Morin, 1975, p. 7.

13. A Seita dos Abafadores, ou cátaros, que era comum no tempo de São Francisco, teve origem em outro movimento bem anterior que sobreviveu até o séc. XIII. Era o “maniqueísmo”, sistema religioso dualista fundado pelo sábio Mani, no séc. III, segundo o qual o mundo é dominado por dois princípios antagônicos: o Bem e o Mal, Deus e o Diabo. Era um amálgama de idéias orientais incluindo Budismo, Cristianismo, Gnosticismo, Mitraísmo e, sobretudo, Zoroastrismo. Em sua cosmogomia da salvação, o homem teria sido criado por Satã, mas trazia em si partículas de luminosidade divina que tinham de ser liberadas. Isto explica porque, ao se converter, Agostinho proclamará que o homem, feito por Deus à sua imagem e semelhança, é “todo bem”.

14. Cf. Aranha & Martins, 1995, p. 143.

15. Cf. id. *ibid.*, p. 146.

16. Cf. Abbagnano, 2000, p. 137.

17. Nos textos franciscanos nunca é nomeado o *Vaticano* pois é um epônimo posterior ao Santo. São Francisco de Assis usava a expressão “O Senhor Papa” ou “A Santa Igreja Romana” (Explicação pessoal de Strabeli).

18. Para Hegel, “é a Reforma e não o Renascimento que deve ser descrita como ‘o sol que a tudo ilumina’. A Reforma resultou da corrupção da Igreja, através do comércio de indulgências plenárias (perdão dos pecados, salvação eterna), [numa espécie de coisificação ou reificação do transcendente]”. Cf. Singer, 2003, p. 33.

19. Martins, 1991, p. 46-47.

20. Além de Erasmo, outros grandes nomes se ocuparam da loucura. Em 1880, ao escrever *Aurora*, Nietzsche afirmou no parágrafo 14: “Através da loucura vieram os maiores bens à Grécia”, disse Platão com toda a velha humanidade... Para todos aqueles homens superiores que foram irresistivelmente impulsionados a quebrar o jugo de toda convenção e fazer novas leis, não havia alternativa, *se não eram realmente loucos* [grifo de Nietzsche], a não ser fazerem-se de loucos. Cf. Hayman, R. *Nietzsche e suas vozes*, 2000.
21. Conta-se que Descartes começava com estas palavras suas descobertas sobre o Método e a Matemática.
22. Cf. Ferry, 1994, p. 12.
23. Id. *ibid.*, 1994, p. 15 e 16.
24. Lauand, 2002, p. 137.
25. Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther*, 2002, p. 154.
26. Einstein, 1982, p. 15
27. Santo Agostinho, *Confissões*, 1988, Livro X-6, p. 222.
28. Goswami, 2000, p. 20.
29. Castells, 2003, Internet e Sociedade em Rede. Apud MORAES, 2003. *Por uma outra Comunicação*, 2003, p. 287.
30. Capra, 1996, p. 25.
31. “Não morram simples morte as que, nos braços de infames tais, enchem-me de opróbio e a minha casta mãe”, declara Telêmaco ao receber de seu pai, Ulisses, a ordem para punir com a morte as escravas que se deitavam com os pretendentes de Penélope, durante a viagem mítica do herói (Homero, 2003, p. 387. *Odisséia*, livro XXII, c. 340).
32. Cf. Ferry, 1994, p. 95-96.
33. Citado por Ferry, 1994, p. 96.
34. Citado por Capra, 1996, p. 26.
35. O professor Wilson Bueno, que ensina Jornalismo Científico na ECA-USP, tem alertado para o uso que muitas empresas e entidades fazem das bandeiras ambientalistas, mesmo quando seu negócio é apenas o próprio lucro, como no caso do *agronegócio* ou de empresas altamente poluidoras e destruidoras da paisagem ambiental. O professor, através da internet, também denunciou, em 2004, uma tentativa feita pela Monsanto (multinacional que comercializa sementes de soja transgênica) no sentido de financiar a produção de livros didáticos dirigidos às crianças da escola pública [o que, naturalmente, poderia dar margem para se amenizar os efeitos nocivos do consumo de alimentos geneticamente modificados].
36. Cf. Abbagnano, 2000, p. 380.
37. *Op. cit.*, 2000, p. 384.
38. Cf. Durant, 1983, p. 10.
39. Cf. Scruton, 2000, p. 43.
40. Cf. K. & Höslle, 2001, p. 59.
41. Cf. Sachs, 1986, p. 49.

42. Cf. João 15, 12.
43. Cf. Moser, 1984, p. 55.
44. Cf. Osservatore Romano. 7.12.1981, n.11, p. 12.
45. Cf. Bispos Latino-Americanos. “Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina-Puebla”. Petrópolis, 1979, cit. por Moser, 1984, p. 29.
46. Cf. Moser, 1984, p. 31-32.
47. Cf. Documento do Concílio Vaticano II, cit. por Moser, 1984, p. 33.
48. “A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldade em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação” (Freud, 1997: 111-112).
49. Cf. Abbagnano, 2000, p. 375.
50. Cf. Abbagnano, p. 372.
51. Aliás, o surrealismo era incompatível com o realismo socialista que se tornou a linha do Partido, por isto o apoio de Breton a Moscou não era recíproco. Alguns surrealistas seguiram Louis Aragon que rompeu com Breton e se uniu ao Partido Comunista em 1932. Breton foi ridicularizado em um congresso cultural em Moscou em 1935. Declarar-se-á trotskista e em 1936 purgou seu movimento de elementos comunistas stalinistas (Buck-Morss, 1981: 254).
52. Quando Adorno baseava sua filosofia marxista na experiência estética, seu objetivo não era “estetizar” a filosofia ou a política, mas reconstituir a relação dialética entre sujeito e objeto que acreditava ser a base estrutural correta de todas as atividades humanas: conhecimento, práxis política e arte. Neste sentido, tanto a filosofia como a arte teriam uma função moral-pedagógica, a serviço da política e não como propaganda manipuladora, mas ensinando com o exemplo (Buck-Morss, 1981: 251).
53. Karl Marx (1843), citado em George Lukács, *Historia y consciência de classe*, p. 3. In: Buck-Morss, 1981, p. 255.
54. Cf. De Masi, *A emoção e a regra*, 1999.
55. Cf. Jauss, 1994, p. 25.

### **Referências bibliográficas**

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad. de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando - Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BUCK-MORSS, S. *Origen de la dialectica negativa - Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

- CAMÕES, L. de, *Os Luzíadas*. Edição crítica de Francisco da Silveira Bueno. São Paulo: Ediouro, [s.d.].
- CAPRA, F. *A teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. de Nilton R. Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASTELS, M. *A sociedade em rede*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- DE MASI, D. *A emoção e a regra - Os grupos criativos da Europa de 1850 a 1950*. 5ª ed. Trad. de Elia Ferreira Edel. São Paulo: José Olímpio, 1996.
- DURANT, W. *A filosofia de Nietzsche*. Trad. de Maria Thereza Miranda. Rio de Janeiro: Ediouro, 1983.
- EINSTEIN, A. *Notas biográficas*. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FERRY, L. *A nova ordem ecológica - A árvore, o animal, o homem*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FREUD, S. *O mal estar da civilização*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAARDER, J. *O mundo de Sofia*. Trad. de João Azenha Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOETHE, J.W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. Trad. de Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOSWAMI, A. *A janela visionária*. Trad. de Paulo Salles. São Paulo: Cultrix, 2003.
- HAYMAN, R. *Nietzsche e suas vozes*. Trad. de Scarlett Marton. Col. Grandes Filósofos. São Paulo: Unesp, 2000.
- HOMERO. *Odisséia*. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- JAUSS, H.R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- K. NORA & HÖSLE, V. *O café dos filósofos mortos*. Trad. de Salvador Pane Baruja. São Paulo: Angra, 2001.
- LAUAND, J. *Em diálogo com Tomás de Aquino - Conferências e Ensaio*. São Paulo: Mandruvá, 2002.
- MARTIN-BARBERO, J. *De los medios a las mediaciones - Comunicación, cultura y hegemonia*. México: Editorial Gustavo Gili, 1987.
- MARTINS, J. P. S. *Terra, nave mãe - Por um Socialismo Ecológico*. São Paulo: Traço Editorial, 1991.
- MORIN, E. *O enigma do homem - Para uma nova antropologia*. Trad. de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação - Mídia, mundialização cultural e poder*. São Paulo: Record, 2003.
- MOSER, A. *O problema ecológico e suas implicações éticas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. de J. Oliveira e Ambrósio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir*. Trad. de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.



SCRUTON, R. *Espinosa*. Trad. de Angélica Elisabeth Könke. Col. Grandes Filósofos. São Paulo: Unesp, 2000.

SINGER, P. *Hegel*. Trad. de Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2003.

STRABELL, M. *Subsídios para uma leitura franciscana da Bíblia*. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 1993.

## Resumo

Antigos documentos revelam que a preocupação com a ecologia não é fato recente. Há referências até mesmo no antigo Testamento. Há intervenções sublimes de Santo Agostinho, Francisco de Assis, Erasmo de Roterdam. Mais recentemente, no século XIX, debate-se a “ecologia profunda”, através de Teilhard de Chardin e, depois, com Aldo Leopoldo (1940), Arne Naess (1970), etc. Em nossos dias, o debate sobre a vida, a sustentabilidade, está permanentemente visível na mídia, nas reuniões da ONU, etc. Este artigo pretende indagar sobre o papel da Ética como recurso fundamental nesta discussão, concebendo Ética como algo que vai além da mera abordagem estética tão cara à vida moderna.

## Palavras-chave

Ecologia; Preservação; Vida; Ética; Estética; Jornalismo.

## Abstract

Ancient documents reveal that the concern with Ecology isn't a recent fact. There are references about it even in the Old Testament. There are sublime interventions from Saint Augustine, Saint Francis of Assisi and Erasmus of Rotterdam. More recently, in the 19<sup>th</sup> century, people have discussed “Deep Ecology”, based on the work of Teilhard de Chardin and, later, of Aldo Leopoldo (1940), Arne Naess (1970), etc. Nowadays, the debate about life and sustainability is permanently visible in the media, in United Nations' gatherings, etc. This article intends to question the role of ethics as a fundamental resource in this discussion, conceiving ethics as something that goes beyond the mere aesthetic approach, so costly to modern life.

## Key-words

Ecology; Preservation; Life; Ethics; Aesthetics; Journalism.